

Narrativas de crianças pré-escolares em contexto de guerra

Narratives of preschool children in the context of war

Narrativas de niños preescolares en el contexto de la guerra

Suzi Montiel ^[a] 

Campina Grande, PB, Brasil

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

Como citar: MONTIEL, S. Narrativas de crianças pré-escolares em contexto de guerra. *Revista Diálogo Educacional*, v. 24, n. 81, p. 591-604, 2024. <https://doi.org/10.7213/1981-416X.24.081.DS11>

Resumo

Este artigo objetiva refletir criticamente sobre o desenvolvimento de crianças-pré-escolar em contextos de guerra. Tendo em vista que a metodologia da pesquisa está ancorada na abordagem da Pesquisa Narrativa, desenvolvida por Clandini e Connelly (2011), foi realizada entrevistas com 3 jovens timorenses que quando crianças vivenciaram a guerra. A partir das narrativas de suas experiências atreladas aos referenciais teóricos escolhidos somos levados a refletir como essas crianças num período de guerra podem ser afetadas em seu desenvolvimento educacional. Dentre outros aspectos este artigo pretende fomentar futuras discussões, estimulando pesquisadores a estarem contribuindo neste campo do conhecimento.

Palavras-chave: Narrativas. Guerra. Timor-Leste. Crianças.

Abstract

This article aims to reflect critically on the development of preschool children in war contexts. Bearing in mind that the research methodology is anchored in the Narrative Research approach, developed by Clandini and Connelly (2011), was conducted interviews with three young east-timor that when children experienced the war. Based on the narratives of their experiences linked to the chosen theoretical references, we are led to reflect on how these children in a period of war can be affected in their educational development. Among

[a] Doutora em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo, e-mail: suzi_ceac@hotmail.com

other aspects, this article intends to encourage future discussions, encouraging researchers to be contributing in this field of knowledge.

Keywords: Narratives. War. Timor-Leste. Children.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo reflexionar críticamente sobre el desarrollo de los niños en edad preescolar en contextos de guerra. Teniendo en cuenta que la metodología de investigación está anclada en el enfoque de Investigación Narrativa, desarrollado por Clandini y Connely (2011), se realizaron entrevistas a 3 jóvenes timorenses que de niños vivieron la guerra. A partir de las narrativas de sus vivencias vinculadas a los marcos teóricos elegidos, se nos lleva a reflexionar sobre cómo estos niños en un período de guerra pueden verse afectados en su desarrollo educativo. Entre otros aspectos, este artículo pretende fomentar futuras discusiones, animando a los investigadores a contribuir en este campo del conocimiento.

Palabras clave: Narrativas. Guerra. Timor-Leste. Niños.

“Grande é a poesia, a bondade e as danças...
Mas o melhor do mundo são as crianças”.
Fernando Pessoa

Introdução

Este artigo tem como objetivo pensar sobre o desenvolvimento de crianças pré-escolares em contextos de guerra e como suas vivências e experiências podem afetar seu desenvolvimento. O *locus* desta pesquisa se dá em um dos mais novos países do mundo, Timor-Leste, localizado na metade leste da ilha de Timor, o qual foi uma colônia portuguesa (1512–1975), sendo posteriormente anexado à Indonésia (1975–1999). Nesse ínterim, o país foi marcado por sucessivos conflitos.

A metodologia utilizada está ancorada nas reflexões da abordagem de Pesquisa Narrativa, que é uma forma de compreender a experiência numa dialética do “viver e do contar, do reviver e do recontar” (Clandinin; Connelly, 2015, p. 51); as experiências são constituídas tanto nos aspectos pessoais quanto sociais, porque o indivíduo está sempre em interação com o seu contexto social. O uso desta abordagem sem dúvidas se constituiu em um grande desafio, tendo em vista que nossas concepções acerca de pesquisas educacionais já estão formatadas nos moldes tradicionais, que, segundo Clandinin e Connelly (2015, p. 23), “surgia no contexto de pesquisas sociais, com uma reverência nos números” – ao passo que “as ciências sociais estão relacionadas com os seres humanos e suas relações com si próprios e com seu meio ambiente. Assim, as ciências sociais são fundadas com o foco no estudo de experiências”, pontuam os autores (2015, p. 24). Essa afirmação destaca a importância da Pesquisa Narrativa para as pesquisas educacionais, pois “o narrativo é o lugar onde a existência humana toma forma, onde ela se elabora e se experimenta sob a forma de uma história” (Chaves & Mori, 2018, p. 152).

Tendo por base essa abordagem de pesquisa, trabalhamos com narrativas de três jovens, nomeados de *Loron*, *Haksolok* e *Fuan*¹; eles vivenciaram, enquanto crianças pré-escolares, o período conflituoso da ocupação indonésia.

Loron e *Haksolok* estiveram no Brasil por quatro anos e cursaram faculdade de Química Industrial na cidade de Campina Grande, na Paraíba. *Fuan* estudou em João Pessoa, também na Paraíba, formando-se Bacharel em Teologia. Exceto *Haksolok*, apresentado por *Loron* para ser entrevistado, os outros já faziam parte do relacionamento pessoal com a pesquisadora desde quando esta chegou a Timor em 2002 – para Clandinin e Connelly (2015), a relação de proximidade é muito importante para a pesquisa:

a pesquisa narrativa é relacional. Eles devem tornar-se completamente envolvidos, devem –apaixonar-se por seus participantes, e devem também dar um passo pra trás e olhar suas próprias histórias na pesquisa, as histórias dos participantes, assim como a mais ampla paisagem a qual todos eles vivenciam. (Clandinin; Connelly, 2015, p. 121).

Em função de a pesquisadora estar em contexto geográfico distinto em relação aos participantes, as entrevistas narrativas aconteceram por meio do Google Meet: “é natural que as entrevistas também possam ser concebidas pelo processo da tecnologia da comunicação *online*, no ciberespaço [...]” (Fernandes *apud* em Oliveira *et al.*, 2014, p. 46). Não obstante, buscou-se, por meio das narrativas, atentar para as quatro dimensões da abordagem:

¹ Palavras na língua tétum que significam: Sol, alegria e coração, respectivamente.

Introspectiva, extrospectiva, retrospectiva, prospectiva. Por introspectiva, queremos dizer em direção às condições internas, tais como, sentimentos, esperanças, reações estéticas e disposições morais. Por extrospectiva, referimos às condições existenciais, isto é, o meio ambiente. Por retrospectiva e prospectiva, referimo-nos a temporalidade – passado, presente e futuro, isto é, pesquisar sobre uma experiência – é experienciá-la simultaneamente nessas quatro direções, fazendo perguntas que apontem cada um desses caminhos (Clandinin; Connelly, 2015, p. 85-86).

Esta pesquisa foi balizada nos aspectos éticos estabelecidos para as pesquisas científicas em ciências sociais. Respeitando a participação livre, a dignidade e a proteção dos participantes.²

Julgou-se necessário, na primeira parte deste artigo, fazer um retrospecto histórico das guerras para situar o leitor no contexto pesquisado. Na segunda parte apresentamos as narrativas dos jovens entrevistados, que têm papel fundamental para a “transformação das vivências, enquanto acontecimento, em experiência” (Conti, 2018). Por último, com base especialmente nos autores Maia e Williams, analisamos como o contexto de guerra pode impactar o desenvolvimento das crianças pré-escolares.

Nas considerações finais pontua-se, sobretudo, que esse tema precisa ainda de maior estudo para desvelar de que modo às sucessivas guerras de Timor podem ter afetado ou não suas crianças – hoje jovens e adultos – e quais os possíveis desdobramentos de tal situação.

Timor-Leste um país marcado pela guerra

Situado nos confins do Sudeste Asiático, o país está localizado na metade oriental da ilha de Timor, à qual seus habitantes deram o nome de Timor-Leste, na língua tétun, *Timor Loron'sae* – “Sol Nascente”. A extensão territorial do país é de cerca de 14.610 km². Embora houvesse a crença, fomentada pela Indonésia, de que o país era pequeno e, portanto, um Estado inviável, ele ocupa o 42º lugar mundial em tamanho e o 44º em população.

Serrano e Waldman (1997) aludiram à importante localização de Timor como área de transição entre Ásia e Oceania, por ser uma das últimas ilhas que formam a Insulíndia, ou seja, o país está situado na fronteira de dois mundos, bem perto da Austrália e do contexto oceânico. Do ponto de vista geofísico, Timor está mais próximo do mundo malanésio do que do mundo asiático.

Achados arqueológicos sugerem que o território pode ter sido um ponto de passagem – ou ao menos de contato – com muitos outros povos. Como resultado, ele constitui um mosaico etnolinguístico: embora haja divergências entre os linguistas, são apontadas em média 32 línguas faladas nessa parte da ilha; esse é um dos aspectos que mais diferenciam os lestes timorenses dos habitantes do Oeste, os quais têm outras raízes linguísticas. Essa cisão cultural foi observada desde a chegada dos portugueses na ilha (Durand, 2010).

Portugal colonizou Timor no ano de 1512. Da primeira vez que mencionaram a ilha, chamaram-na de “a ilha onde nasce o sândalo”, que se tornou um dos objetos de interesse dos colonizadores. Segundo Durand (2010) essa colonização foi progressiva e laboriosa por ser formada por diversos reinos, muito dos quais correspondem aos postos-administrativos atuais.

² Esta Pesquisa não foi submetida ao Comitê de Ética, tendo em vista, ter sido produzida para atender as exigências de uma disciplina no doutorado, todavia ela atendeu ao rigor ético exigido para uma pesquisa científica. Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Mas o que se pode aferir do que seria a vida timorense pré-colonial e no processo de colonização é apenas um esboço, tendo em vista que a história parte de uma visão europeia de expansão territorial, na qual os povos autóctones eram classificados como “primitivos”. Sendo assim, a quantidade de reinos, população e fronteiras oscilou consoantes as alianças, guerras e epidemias que se desenrolaram no processo de colonização.

Concomitante à colonização portuguesa da ilha de Timor e outras ilhas do arquipélago de Sunda, a Holanda gradativamente também se instalava na região. Com o enfraquecimento de Portugal, que ficou subordinado à Espanha nos anos de 1580 a 1668, os holandeses foram progressivamente expulsando os portugueses. Mediante tratado oficializado apenas em 1859, de todas as terras conquistadas no arquipélago, Portugal ficou apenas com a parte Leste da ilha de Timor, e as demais passaram a pertencer à Holanda. Como consequência, as relações comerciais de Portugal são encerradas nas Molucas (1605), Japão (1639) e Malaca (1641), o que diminuiu significativamente os vínculos de Portugal com Timor, para a obtenção do sândalo. Contudo, para Garcia (2002), a permanência e interesse de Portugal em Timor só se pode compreender à luz da força da evangelização católica, ali levada a cabo pelos missionários e, sobretudo, o interesse pelo sândalo, caracterizado como um negócio lucrativo.

Assim, apesar de se tornar um colonizador “distante” em todos os sentidos, Portugal permaneceu em Timor até o ano de 1975. Nesse ínterim, houve várias manifestações de revoltas populares contra essa colonização – embora seja necessário salientar que, apesar de tais ocorrências, não havia uma rejeição absoluta, pois os timorenses tinham vincado uma ligação simbólica muito forte com a bandeira portuguesa.

As duas revoltas mais significativas da história colonial, segundo Durand (2010), foram a “guerra dos loucos” de 1779 a 1807, e a partir de 1847, houve vários episódios de resistência, encerrando-se em 1912 com a guerra de Manufahi, a repressão colonial foi intensa: nessa guerra foram vitimados entre 15 a 25 mil timorenses, o que representava, à época, 5% da população.

Na Segunda Guerra Mundial, devido à neutralidade adotada por Portugal, seu próprio território e a maioria dos territórios por ele dominados foram poupados dos horrores da guerra, experimentadas em outras partes do mundo. Timor, ao contrário, por ser a colônia mais distante da metrópole, suportou durante quase quatro anos a ocupação nipônica e as agruras dessa guerra, embora estivesse incluída na decisão de neutralidade de Portugal.

O que sucedeu foi que as forças australianas, objetivando impedir que Timor-Leste se tornasse um ponto de apoio ao avanço japonês, ocuparam e se instalaram em Dili – sem vítimas e sem resistência (Carvalho, 2012). Visto que o território havia sido ocupado pelos aliados, os nipônicos prepararam uma invasão por meio de um ataque mortífero e aterrorizante. Serrano e Waldman (1997) acreditam que devido à posição estratégica e privilegiada de Timor é que os japoneses invadiram o local e ali lutavam contra holandeses e australianos – porém a maior parte das pessoas dizimadas era timorense.

As atrocidades vividas neste período são inenarráveis, e as mulheres foram grandes vítimas. Ao chegarem à ilha, os combatentes nipônicos ordenaram aos *liurais*³, isto é, os reis tradicionais, que lhes dessem mulheres como escravas sexuais a fim de servirem às tropas. A professora Kiyoko Furusawa, da Universidade Cristã das Mulheres de Tóquio, em 2007, organizou na capital japonesa uma exposição

³ Reis locais (tribais);

que contava a história de horror das escravas sexuais da guerra. Um dos relatos foi da avó Marta Abu Bere:

Depois de ter tido dez homens numa noite, sentia que tinha um grande buraco na parte inferior do corpo, e não conseguia parar de pé por causa da dor. Mas, quando tentava resistir estrangulavam-na e ameaçavam-na de morte [...], a 'avó' Marta disse que nessa altura até tinha inveja dos animais domésticos. Eles podiam dormir durante a noite. (Furusawa, 2006, *apud* Boavida, 2017, p. 1).

Ainda, segundo Furusawa, as mulheres abusadas na época eram ainda muito jovens, sequer haviam tido uma iniciação sexual, o que as deixava profundamente assustadas. Além de serem abusadas pelos soldados à noite, durante o dia forçosamente trabalhavam na construção de estradas, na agricultura e nos afazeres domésticos, especialmente fazendo comida para eles.

Como resultado dessa ocupação e das ações de resistências correspondentes, muitos homens, mulheres e crianças foram mortos – seja pelos japoneses, pelos guerrilheiros ou mesmo pela fome. “Ficou célebre a ação de D. Aleixo Corte Real, o chefe timorense que se opôs aos militares japoneses e foi fuzilado pelos ocupantes, em 1943” (Pinto, 2017). Com a rendição do Japão em consequência do lançamento das bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki, Portugal retomou a posse do território e empreendeu a reconstrução das infraestruturas que fora altamente danificadas pelos japoneses.

Ao final da década de 50, alguns indonésios, dizendo-se membros de um movimento de luta contra o governo de Sukarno, pediram asilo político e tiveram a concessão do governo português. Subsequentemente, alguns rumores surgiram implicando o cônsul da Indonésia em Dili, sobre o que ficou sabendo a administração. De 7 a 20 de julho de 1959, irrompeu uma revolta que vitimou aproximadamente mil mortos. Embora sejam incertos os motivos da Indonésia para esses acontecimentos, de alguma forma essa revolta marca a tomada de consciência política dos timorenses (Durand, 2010).

Concomitantemente, com a implantação do sistema ditatorial de Salazar na metrópole, houve um período de 13 anos de guerra nas colônias, o que, por sua vez, provocou um movimento militar que derrubou o regime salazarista. Esse movimento, denominado “Revolução Dos Cravos”, pretendia estabelecer liberdades democráticas e promover transformações sociais no país, representando para os portugueses os seguintes ideais: democratização, descolonização e desenvolvimento (Secco, 2013).

Duas semanas após a queda do regime ditatorial em Portugal, as elites timorenses, aproveitando-se da abertura política, criaram partidos políticos, ao mesmo tempo em que se iniciava um processo de descolonização em todos os setores. A autora do artigo conheceu pessoalmente o Professor António Barbebo de Magalhães, que conserva atualmente o maior acervo sobre Timor na Universidade do Porto; ele fez parte da equipe luso-timorense que em 1975 elaborou um projeto para a descolonização do ensino.

De acordo com o relato do professor, naquela ocasião a única alternativa era a descolonização progressiva, embora ele reconheça que essa ou qualquer outra alternativa tinha seus riscos – que precisavam ser enfrentados, pois o que estava em jogo era o futuro de Timor. Para Magalhães (2004), “valia a pena correr alguns riscos para tentar garantir ao povo de Timor-Leste uma oportunidade de escolher o seu destino em liberdade, e de viver de acordo com a sua identidade própria”.

Todo esse processo histórico torna evidente o anelo dos timorenses pela liberdade, que agora parecia acercar-se. Com essa efervescência de ideais de independência, alguns jovens timorenses que estavam estudando em Portugal decidiram voltar para participar desse momento histórico; eles tinham

como objetivo fundar um novo partido, mas decidiram apoiar a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente - FRETILIN diante do fato da reformulação do partido – tornando-se um inegável avanço para a expansão do partido. “Idealizaram os trabalhos de base com o lançamento das campanhas de alfabetização baseada no método Paulo Freire, vacinações, programas de higiene sanitária, canalização de água, criação de cooperativas etc.” (Ramos-Horta, 1994, p. 98).

Todavia, para Ramos-Horta (1994, p. 99), “alguns de entre eles foram os responsáveis pela radicalização sloganésca da FRETILIN”, pois era comum saudarem-se com os punhos cerrados e tratarem um ao outro de “camarada”. Logo o partido passou a ser suspeito de comunismo; assim, a Indonésia, interessada em anexar o território, adotou a estratégia de amedrontar os líderes da UDT e os convenceu a eliminar a FRETILIN – principal embargo para os seus objetivos.

A tentativa para tal deu-se em um golpe armado, iniciado no dia 11 de agosto de 1975. Em resposta, a FRETILIN “proclamou a insurreição armada tendo a adesão imediata do exército”. Ramos-Horta (1994) acredita que essa guerra civil inexoravelmente colocou Timor à mercê da Indonésia. Embora a administração portuguesa permanecesse no país, manteve-se ao largo da guerra.

Tal situação reforçou o temor ocidental de um “efeito dominó”, que viria a empurrar gradativamente os países da Ásia para o sistema comunista, uma vez que a guerra do Vietnã estava prestes a terminar com um fracasso americano (a queda de Saigon foi em abril de 1975). Além de que, para Durand (2010) pairava a hipótese da “não viabilidade” do território, fomentado tanto pelo fato de Portugal concentrar suas preocupações com o seu próprio futuro europeu como pelos interesses da Indonésia e da Austrália.

Em razão das mudanças políticas ocorridas em Portugal, já mencionadas, e apesar de todo processo de descolonização iniciado, que exigia um apoio mais intensivo da Metrópole, Portugal repatriou um número significativo de funcionários e praticamente retirou das áreas fronteiriças a capacidade defensiva do território. Aproveitando-se dessa fraqueza de Portugal, a partir de maio de 1974, vários oficiais indonésios favoráveis ao uso da força para invadir e anexar à parte leste da ilha montaram o que chamaram de operação *Komodo*⁴ (Durand, 2010).

Diante da omissão de órgãos internacionais e da aparente superioridade da Indonésia frente a Timor, a operação foi concretizada. Segundo Serrano e Waldnan (1997, p. 73), “estava por iniciar-se uma longa escalada militar que custaria aos indonésios mais de duas décadas de inconcluso, dispendioso e inútil conflito militar”.

Após vinte e cinco anos de dominação indonésia e resistência timorense – durante os quais muita gente foi dizimada, a ponto de esse período poder ser considerado um massacre –, o trabalho de articulação da elite política chama a atenção da comunidade internacional. Muitos países se solidarizam com a causa de Timor, organizando manifestações e pressionando as autoridades competentes para que houvesse uma intervenção.

No contexto de reivindicações, dois timorenses são laureados com o Prêmio Nobel da Paz: o Bispo Belo e José Ramos Horta – este último foi primeiro-ministro e está pela segunda vez como presidente de Timor, depois da Restauração da Independência. Finalmente, depois de muitas negociações – e frente a mudanças políticas e pressões internas que a Indonésia estava vivenciando –, o então presidente indonésio permite a intervenção da Organização das Nações Unidas - ONU através de um plebiscito, que culmina com a decisão pela independência do país.

⁴ Nome de uma ilha da Indonésia bem próxima a Timor-Leste, onde se encontra o Dragão de Komodo.

Esse resultado fez os pró-indonésios e os indonésios impetrarem uma guerra que comprometeu a infraestrutura do país, embora tenha durado apenas seis dias, até a chegada das tropas internacionais. Timor-Leste oficialmente tornou-se nação no dia 20 de maio de 2002, com a restauração da independência, depois de ter sido gerido por dois anos pela ONU, tendo como administrador o brasileiro Sérgio Vieira de Melo (Silva, 2011).

Sendo um país singular, tanto no aspecto humano quanto geopolítico, estudar Timor-Leste se torna particularmente interessante porque é possível a partir dele fazer uma leitura de todas as grandes tensões da história moderna, uma vez que ele foi palco delas – desde a “colonização a guerra fria, até às questões sobre direitos dos povos, sobre as disfunções da comunidade internacional e sobre o ‘desenvolvimento sustentável’” (Durand, 2010, p. 15).

A guerra narrada por crianças timorenses

A nação de Timor hoje conta com uma população aproximada de 1.184.000 habitantes, de acordo com o último Sensus de 2015, destes, a população acima de 60 anos é de 96.942, o que compreende menos de 10%. Dificilmente ainda haja pessoas vivas que vivenciaram as principais guerras do século 20, mas quando cheguei ao país há 21 anos, em 2002, ainda havia timorenses vivos que passaram por todas elas. Entretanto, a guerra que ainda marca a vida da maioria do povo timorense até os dias de hoje é a que se deu contra a Indonésia, arrastada por mais de vinte e cinco anos, com dois episódios mais intensos, a anexação em 1975 e os episódios que sucederam ao desejo de independência em 1999.

Esse período de guerra ainda está na memória dos jovens entrevistados, embora na época fossem apenas crianças. Como o vivido é mediado pela linguagem, na entrevista narrativa se pode apreender como a vivência da guerra foi experienciada de forma diferente por cada um deles, “isso porque a transformação do acontecimento em experiência vincula-se ao sentido e ao contexto vivido por cada sujeito” (Souza, 2008, p. 93).

Nesse aspecto é importante ressaltar a importância dada na abordagem de Pesquisa Narrativa às dimensões das vivências e das experiências. As diferenças entre elas são pontuadas por Conti (2018) ao citar termos alemães trabalhados pelo autor Walter Benjamin em suas obras: em síntese, a “vivência significa ainda estar em vida quando um fato acontece. Pressupõe a presença viva e o testemunho ocular a um evento”; a experiência, por sua vez, “significa o modo de vida que pressupõe o mesmo universo de linguagem e de práticas, associado à vida particular e à vida coletiva e estabelecendo um fluxo de correspondência alimentado pela memória”.

O entrevistado que denominamos de *Loron*, morava na região montanhosa em uma vila do posto-administrativo de Liquidói, cidade de Aileu. Os seus pais foram guerrilheiros, o que significava que viviam no mato nas frentes de combate contra a ocupação indonésia. Ao terem contato com o Evangelho, entretanto, converteram-se ao protestantismo e retornaram para sua aldeia, onde começaram a se empenhar nos trabalhos de evangelização. Em virtude do passado na guerrilha, eles eram constantemente vigiados e sentiam-se pressionados de tal modo que, para *Loron*, a guerra teve um peso maior em relação aos demais entrevistados, pois “um acontecimento não tem, necessariamente, a mesma dimensão existencial para os mesmos sujeitos, cada um experiencia o que vive a partir de suas representações concretas e simbólicas” (Souza, 2008, p.93).

Para *Haksolok*, apesar do contexto de guerra no país, a vida parecia transcorrer normalmente; seus tios maternos eram pró-indonésios, sendo assim sua família tinha deles a proteção. Dessa forma, ele diz não se lembrar muito de dificuldades neste tempo.

Fuan, o jovem de Ataúro, ao narrar sua experiência do tempo da guerra pela qual passava o país, relata que o conflito mudou a vida na comunidade, e o medo passou a pairar, perpetrado mais pelos timorenses da parte leste da ilha do que pelos indonésios – os “*loron’sae*”, também chamados de *firaku*⁵. Por questões políticas, pró-independência x pró-Indonésia, eles foram desterrados e enviados para a ilha de Ataúro a partir de 1983, como espécie de prisioneiros. *Fuan* conta que eles se sentiam amedrontados e pressionados por eles, que costumavam promover confusões e tinham ar de superioridade.

Apesar de toda instabilidade em consequência da ocupação indonésia, durante esse período houve uma expansão significativa em vários aspectos da infraestrutura do território comparado ao tempo de domínio português, especialmente em relação à educação. Muitos consideram essa melhora como uma política do governo indonésio para provar que a anexação era a melhor opção para Timor.

Todavia, a oferta ainda estava muito aquém da demanda, pois nenhum dos entrevistados para este artigo tiveram acesso à pré-escola no período da invasão: *Loron* menciona que não teve o “privilégio de frequentar a pré-escola”, mas, como os seus pais não permaneciam muito em casa, ele precisava acompanhar seus irmãos à escola, passando a frequentá-la muito cedo, com apenas 2 anos de idade. Como residiam perto e não faltavam, decidiram matriculá-lo, aos 4 anos, no primeiro ano do ensino básico. Sobre esse período, ele narra:

No período da guerra era muito difícil, especialmente no aspecto de material didático, praticamente os professores eram todos militares; por exemplo, o diretor da escola era militar e todos os dias ele ia para a escola com uma arma na cintura. Lembro-me que uma vez teve um confronto no colégio porque a vila que eu cresci era um pouco perto do mato, então eles desconfiaram que os guerrilheiros estavam tendo contato com a comunidade; então as crianças iam para o colégio sob pressão e não tínhamos tantas condições de estudar. O pior é que meus pais haviam sido guerrilheiros, então eles não podiam sair da comunidade e passar semanas fora, para sair teriam que pedir licença, dizer com quem iriam encontrar e justificar porque iriam encontrar determinadas pessoas. Se fossem evangelizar, teriam que dizer onde e por qual motivo. Eles controlavam tudo: qualquer saída de casa para fazer alguma atividade, praticamente a entrada e a saída de meus pais sempre foram vigiadas. Assim, todos os dias eu vivia com medo de alguém matar os meus pais a qualquer momento.

Haksolok, o mais novo, tinha apenas 4 anos no ápice dos conflitos em 1999 e só começou a estudar em 2000, pós-conflitos, na primeira pré-escola que passou a existir na cidade. No ano seguinte seu pai, professor, foi atuar em outra comunidade, e ele já passou a frequentar o ensino básico. *Haksolok* diz que não tem lembrança de grandes alterações em sua infância por causa da guerra; a única lembrança é que seus tios obrigaram sua família a irem para Indonésia, mas em função da família paterna, seu pai resistiu e permaneceu em Timor. A esse respeito, ele narra:

⁵ *Firaku* virou uma designação para os timorenses residentes na parte Leste da ilha, em contrastes aos demais que são denominados *kaladi*. Trata-se de uma dicotomia étnica que ainda prevalece. Há várias versões para o surgimento dos termos, uma delas é que com os portugueses ao chegarem à ilha e se apresentarem aos leste-timorenses eles se viraram e saíram, “viraram o cú” (*firaku*), enquanto que os oeste-timorenses “ficaram calados” (*kaladi*). Seixas (2006), explica que para além dessa estória há diferenças antropológicas, psicológicas e culturais envolvidas, “os *firaku* são mais emotivos, mais miliantes e mais negociantes e fisicamente mais altos; os são mais consensuais, mais trabalhadores, mais reservados e mais pequenos” (Alvarez, 2006).

No dia que foram nos buscar para irmos à Indonésia, meu tio nos trancou em um quarto e só nos liberou depois que eles se foram; então nós não fomos para a Indonésia. Além disso, nós não íamos para a escola, mas brincávamos normalmente. Porém, no sítio, a casa de meus avós paternos foi toda incendiada, e meus avós correram para o mato; mas, na cidade, como a família da gente integrou-se à Indonésia, eles não fizeram mal à gente, só fizeram mal a outras pessoas que se mantiveram a favor da independência.

Fuan tem lembrança de ver as milícias na ilha de Ataúro em 1998, quando entendeu que estavam em guerra, mas a ilha se manteve incólume. Na ocasião ele já tinha acima de 10 anos. Na verdade, até hoje a ilha de Ataúro tem uma vida até certo ponto distinta das demais partes do país; por exemplo, quando os moradores da ilha vão a Dili ou a qualquer outra cidade, dizem que vão a Timor: é como se eles não se sentissem parte do país – ao menos no aspecto geográfico, não necessariamente no nacionalista. Essa “distância” fez com que Ataúro não participasse de forma efetiva dos confrontos entre a guerrilha e a Indonésia. Porém, um dos efeitos do conflito foi a chegada de muitos timorenses da parte leste da ilha de Timor, para habitar a ilha de Ataúro durante todo o período da invasão. Na narrativa de *Fuan* fica evidenciado o temor causado por esses novos residentes:

Se víamos a presença das forças do exército, já tínhamos medo. E também das outras pessoas: se víamos essas pessoas, já cortávamos por outras ruas para não nos encontrarmos com elas, porque elas eram muito ameaçadoras [...]. Tínhamos medo de todas as coisas: medo dessas pessoas nos baterem, isso não me permitia aprender bem na escola. Quem tinha mais habilidades para lutar com eles, tudo bem, mas como eu, eu corria, porque eles pegavam qualquer coisa para bater, até nos apedrejavam. E se você entrasse em conflito com os filhos, os pais iam buscar problemas com os nossos pais, sempre teve brigas com as crianças e também com os pais, havia muita pressão. Os ataurenses entre si conviviam bem, só tinham problemas com os *loron'sae*.

Na realidade, para *Fuan* a guerra não acontecia em Ataúro por uma conjuntura política, mas os conflitos eram gerados entre os moradores da ilha e os desterrados. O medo que ele narra estar relacionado aos invasores era a obrigatoriedade de falarem o *bahasa* indonésio⁶, pois, enquanto crianças tinham limitação no uso dessa língua. Essa questão linguística era outro ponto de tensão: os lestes timorenses totalmente contrários à invasão os reprimiam se falassem a língua indonésia. “No período da guerra, não conseguimos estudar direito, porque nossos professores eram indonésios, e tínhamos medo das pessoas do Leste e também de falarmos a língua indonésia; não havia liberdade para as crianças como temos agora”.

Objetivamente só sentiram uma maior pressão da guerra propriamente dita, quando do seu auge em 1999; nessa época, os adultos foram chamados a prestar depoimentos, e alguns, com medo, fugiram para o mato, sobretudo porque ninguém na ilha possuía arma como o Exército. Para *Fuan*, tal situação gerou muito medo de perder seus pais.

Destarte as narrativas desses jovens nos chamam a atenção para o fato de que, embora estivessem no mesmo país e na mesma época, suas experiências com os acontecimentos de guerra são divergentes, levando-nos até a imaginar que falam de lugares distintos – corroborando dessa forma com a importância da Pesquisa Narrativa, uma vez que “a entrevista narrativa expressa formas como os seres humanos vivem o mundo através de histórias pessoais, sociais e coletivas” (Souza, 2008, p. 89). Nesse sentido, uma importante reflexão se faz necessária, de acordo com Clandinin e Connelly (2015, p. 31): à medida que pensamos sobre o aprendizado de uma criança, sobre a escola ou sobre uma política

⁶ Língua Indonésia

em particular, há sempre uma história, que está sempre mudando e sempre encaminhando-se para algum outro lugar.

As consequências da guerra para o desenvolvimento de crianças pré-escolares

Nascimento e Orth (2008, p. 3) afirmam que o ambiente é definido como “um conjunto de condições que influenciam a vida social, cultural, moral e até mesmo escolar do homem”. Deste modo, os fatores decorrentes dele podem facilitar ou contrariar o desenvolvimento de uma criança, uma vez que é no ambiente que a criança “estabelece a relação com o mundo e com as pessoas” (2008, p. 3). Nessa perspectiva, podemos aferir que Timor-Leste, por estar em guerra, se configurava como um ambiente que não podia assegurar adequadamente um bom desenvolvimento à criança. Vários são os fatores de risco em tal contexto.

Segundo Maia e Williams (2005, p. 92), dentre eles “encontram-se os comportamentos que podem comprometer a saúde, o bem-estar ou o desempenho social do indivíduo”. Nesse viés, as autoras ratificam a importância do ambiente, pois crianças submetidas aos fatores mencionados “têm maior probabilidade de apresentar distúrbio ou atraso em seu desenvolvimento, quando comparadas com crianças que não sofreram efeitos de tais variáveis”.

No Brasil, mudanças significativas para a proteção das crianças, com o objetivo de prevenir os riscos ao desenvolvimento infantil, aconteceram desde quando entrou em vigor em 1990 o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Sabemos que fazer cumprir as leis e garantir efetivamente a proteção das crianças ainda é um grande desafio, mas sem dúvidas esse estatuto é um grande avanço. Em muitos países, no entanto, até hoje as crianças são alijadas de seus direitos como indivíduos. No caso do período histórico de Timor estudado nesta pesquisa, vale ressaltar que nenhum cidadão podia usufruir de seus direitos básicos, pois estavam privados de sua liberdade enquanto povo – e as crianças, mais frágeis, eram as mais prejudicadas nesse contexto.

Os principais fatores de riscos que podem afetar o desenvolvimento infantil, mencionados por Maia e Williams (2005), são: violência física, negligência, violência psicológica, violência conjugal e violência sexual. Nas narrativas recolhidas para este trabalho, tendo em vista não ser objeto desta pesquisa, nada foi mencionado sobre violência conjugal e sexual. As demais formas de violência são apreendidas das falas dos entrevistados. Excetuando-se a violência conjugal, todas as demais são comuns em contexto de guerra.

Fuan repetiu várias vezes sobre a pressão desencadeada pelos lestes timorenses, chegados a Ataúro em consequência da guerra: os filhos desses novos habitantes provocavam continuamente as crianças de Ataúro; ele menciona que sempre procurava fugir, mas muitas vezes apanhou deles:

Eu tinha muito medo de brigar com as crianças deles. Se você entrasse em conflito com os filhos, os pais iam buscar problemas com os nossos pais. Sempre houve brigas com as crianças e com os pais, havia muita pressão.

Loron narra que, em 1998, sua família e inúmeras outras foram colocadas em uma escola, de onde posteriormente seriam evacuados para a Indonésia. Aproximadamente no quarto dia que ali estavam, ele brincava com outras crianças, subindo no muro. Um militar indonésio, que limpava a sua arma ali por perto, apontou-a para eles e disparou: “Pronto, matou! O menino caiu, o intestino saiu para

fora, não resistiu aos ferimentos e morreu. Eu vi isso com meus próprios olhos! Essa imagem me causou um grande trauma.”

Podemos afirmar que tanto o fator de risco psicológico quanto o físico estavam presentes nessas narrativas. Quanto a este último fator, Maia e Williams (2005), a partir de pesquisas já realizadas, apontam que os maus tratos na infância têm a probabilidade de levar essas crianças a participar de crimes violentos no futuro.

Na narrativa de *Loron*, sobressai a preocupação que ele tinha com seus pais, os quais, como já mencionado, haviam participado da guerrilha. Em função disto, ele afirma que “poderiam matar eles a qualquer momento, isso fazia com que vivêssemos sob pressão”. Mais uma vez fica explicitado a violência psicológica que ele vivenciava.

A violência psicológica ocorre quando alguém é submetido a ameaças, humilhações e privações emocionais. Esta violência pode consistir em ameaças de vários tipos (suicídio, morte, danificação de propriedade, agressão à vítima ou a seus entes queridos, entre outras) (Francisca, 2003, *apud* por Maia; Williams, 2005, p. 94).

A negligência, entre outras coisas, está relacionada à falta de alimentação, vestuário, segurança e oportunidade de estudos. Ainda que alguns desses aspectos não tenham sido mencionados, todos eles são uma obviedade em um contexto de guerra, o que pressupõe que essas crianças foram expostas a esse fator de risco. Tanto *Fuan* quanto *Loron* relataram, sobretudo, a falta de oportunidade de acesso à pré-escola, colocando-a como um privilégio negado. Ambos também mencionaram a falta de liberdade de serem crianças e de brincarem, o que se configura um fator cerceador do desenvolvimento, pois:

É nesse brincar que relações são tecidas e, como fios, ficam enovelados numa teia em que a alegria do viver se revela. É no jogo, no brincar que reside a alma das relações humanas, e tais atividades são educadores eficientes, isto é, funcionam como eficientes educadores, preparando instintivamente e inconscientemente o sujeito para as futuras atividades sérias (Chaves; Mori, 2018, p. 158).

Crianças expostas a maus-tratos sofrem consequências deletérias, que “abrangem grande variedade de domínios do desenvolvimento, incluindo as áreas da cognição, linguagem, desempenho acadêmico e desenvolvimento socioemocional” (Barnet, 1997, *apud* em Maia; Williams, 2005, p. 92).

Considerações finais

Este artigo entende-se apenas como uma aproximação do tema. Todavia, julgam-se pertinentes estudos mais aprofundados sobre o comportamento atual dos jovens e adultos timorenses, de modo a vislumbrar se a guerra pode ser causa de possíveis práticas nocivas ao seu desenvolvimento integral.

Uma ponderação importante desta pesquisa é o fato de que, embora a guerra tenha exposto os jovens entrevistados, enquanto crianças, a situações de vulnerabilidade, pondo em risco, sobretudo, a integridade física e psicológica deles, tais jovens, apesar de narrarem às pressões e medos que os envolviam, têm tido um bom desenvolvimento no aspecto educacional, pois galgaram a oportunidade inclusive de estudar fora de seu país – um deles atualmente foi aprovado para o doutorado em seis universidades com bolsa, tendo optado pela Universidade de São Paulo – USP. *Loron*, ao narrar as suas vivências de guerra, demonstrou atitude de resiliência ao afirmar: “Quando estou desanimado, tudo o

que vivi me faz pensar que tenho que estudar, que o desafio que meus pais enfrentaram foi maior que o meu, e isso me motiva”. Entretanto, essa postura de *Loron* em enfrentar todos os obstáculos para buscar vencer na vida, como uma espécie de compensação pelas dificuldades que enfrentou mediante a guerra, não significa que outros timorenses consigam lidar da mesma forma por terem sido profundamente impactados pela guerra, os quais precisam ser identificados e ajudados para a possível superação dos traumas.

Ademais, para a pesquisadora, o tema abordado proporcionou uma possibilidade mais ampla de percepção do modo como cada um experencia suas vivências a partir da abordagem da Pesquisa Narrativa.

Que este trabalho instigue outros pesquisadores para a ampliação das discussões deste tema, em benefício dos jovens e adultos timorenses que, quando crianças, viveram em um período de guerra que lhes impediu de viver plenamente uma das fases mais importantes da vida, como afirmou um deles: “Não tive infância!”

Referências

- ALVAREZ, L. *Loransae/loronmonu*. [s. l., s. n.], 2006. Disponível em: <http://timor2006.blogspot.com/2006/05/lorosaeloromonu.html>. Acesso em: 12 set. 2021
- BOAVIDA, R. Timorenses violadas na 2ª Guerra contam suas histórias. *Notícias UOL*, São Paulo, 26 maio 2007. <https://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2007/05/26/ult611u74524.jhtm>. Acesso em: 12 set. 2021
- CARVALHO, N. F. *Ocupação nipônica de Timor-Leste*. 1-2. [s. l., s. n.], 2021. Disponível em: <https://www.cgd.pt/Institucional/Patrimonio-HistoricoCGD/Estudos/Documents/Papel-Moeda-Ocupacao-Niponica-Timor.pdf>. Acesso em: 24 de ago. 2021.
- CHAVES, I. M.; MORI, M. Escolas da infância. *O que contam os professores sobre elas*. In: PASSEGI, M. C.; DEMARTINI, Z. B. F.; NOVAIS, A. O. (org.). *Infâncias, juventudes, universos (auto)biográficos e narrativas*. Curitiba: CRV, 2018. p. 151-165.
- CLANDININ, D. J.; CONNELLY, F. M. *Pesquisa narrativa: experiências e história na pesquisa qualitativa*. Trad. Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. 2. ed. Uberlândia: EDUFU, 2015.
- CONTI, L. D. *Narrativas infantis sobre (des)encontros com o outro no cotidiano escolar*. In: PASSEGI, M. C.; DEMARTINI, Z. B. F.; NOVAIS, A. O. (org.). *Infâncias, juventudes, universos (auto)biográficos e narrativas*. Curitiba: CRV, 2018. p. 139-149.
- DURAND, F. *Timor-Leste: país no cruzamento da Ásia e do Pacífico: um atlas histórico-geográfico*. Porto: Lidel, 2010.
- LIMA, M. P.; NUNES, N. Movimentos Sociais por Timor. *Travessias*, Centro de Estudos Sociais. Universidade de Coimbra, n 6/7, p. 165-189, n. p.
- MAGALHÃES, A. B. *Descolonização do Ensino em Timor*. No prelo. [s. l., s. n.], 2004.

MAIA, J. M. D.; WILLIAMS, L. C. A. Fatores de risco e de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas de Psicologia*, Ribeirão Preto, SP, Sociedade Brasileira de Psicologia, v. 13, n. 2, p. 91-1003, 2005.

NASCIMENTO, G. S. O.; Bispo, M. R. *A influência dos fatores ambientais no desenvolvimento Infantil*. 1-15. 2008. Disponível em: http://www.uricer.edu.br/cursos/arq_trabalhos_usuario/498.pdf. Acesso em: 18 out. 2021.

OLIVEIRA, A. C. B.; SANTOS, C. A. B.; FLORÊNCIO R. R (2019). *Métodos e técnicas de pesquisa em educação*. Revista Científica da Fasete, Bahia, v. 1, n. 36, p. 36-50.

PINTO, P. S. *A invasão japonesa em Timor*, Programa, Antena 2, 2017. Disponível em: <http://ensina.rtp.pt/artigo/a-invasao-japonesa-de-timor/>. Acesso em: 18 out. 2021

RAMOS-HORTA, J. *Timor Leste: amanhã em Dili*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lda., 1994.

SECCO, L. A revolução dos cravos: a dinâmica militar. *Projeto História*, São Paulo, n. 47, p. 365-376, 2013.

SERRANO, C.; WALDMAN, M. *Brava gente de Timor: a saga do povo maubere*. Prefácio de Noam Chomsky. São Paulo: Xama, 1997.

SOUZA, E. C. Modos de narração e discursos da memória: biografização, experiências e formação. In: SOUZA, E. C.; PASSEGI, M. C. (org.). *(Auto) Biografia: formação, territórios e saberes*. São Paulo: Paulus, 2008.

RECEBIDO: 18/01/2024

RECEIVED: 18/01/2024

APROVADO: 08/04/2024

APPROVED: 08/04/2024